

Grandes partidos se opõem à Comissão Legislativa

Ulysses acha que emenda do Governo será aprovada como foi apresentada

SÃO PAULO — O Presidente da Câmara, Ulysses Guimarães, está convicto de que a Comissão Mista que examina a emenda do Governo de convocação da Constituinte ficará a favor da proposta do Presidente José Sarney — eleição do Congresso com poderes constituintes — e não aceitará a tese da Constituinte exclusiva.

Ulysses frisou que esta é a posição majoritária da Comissão, rejeitada apenas pelo PT, e por isso deverá prevalecer, seja qual for o teor do parecer e do substitutivo do Relator da Comissão, Deputado Flávio Bierrenbach (PMDB-SP), que serão entregues amanhã.

O Presidente da Câmara voltou a defender a criação de uma comissão especial para exercer as funções legislativas durante a elaboração da nova Constituição e evitar o uso de decretos-leis pelo Executivo.

Ulysses informou que está apelando aos parlamentares que não viajem durante o período de votação da emenda do Governo — dias 21, 22 e 23. (Dois grupos estavam se preparando para viajar, um para a Alemanha e outro para a Síria). Ele também está fazendo um levantamento dos Deputados e Senadores que estão no exterior para pedir que voltem com urgência.

O Líder do PMDB na Câmara, Pimenta da Veiga, confirma a tendência pela aprovação da emenda

Quando à desincompatibilização de ocupantes de cargos executivos para concorrer à Constituinte, Ulysses defende a definição de um prazo único, incluindo os ocupantes de cargos no Legislativo.

Ulysses informou ter determinado a inclusão na ordem do dia de amanhã na Câmara do projeto da nova lei dos partidos políticos, do Deputado Egídio Ferreira Lima (PMDB-PE), fruto da Comissão Interpartidária das Reformas Eleitoral e Partidária, cujo relator foi o Deputado João Gilberto (PMDB-RS).

O Presidente da Câmara informou ainda que, após entendimento com o Ministro da Administração, em Belo Horizonte, o Líder do PMDB na Câmara, Pimenta da Veiga, confirmou que os entendimentos

para aprovação da emenda "convergem para sua manutenção nos moldes do texto encaminhado pelo Presidente José Sarney".

Tudo indica que será alcançado um substitutivo harmônico para as questões mais polêmicas, contemplando a todos, numa convergência média entre as lideranças e os políticos de maior expressão no Congresso. Teremos um Congresso com poderes constitucionais que atingirá tudo o que foi pregado na longa campanha do PMDB — disse.

Quanto ao pacto social, Pimenta disse que, na área política, os entendimentos serão conduzidos pelo Presidente, com o apoio de Ulysses Guimarães, e, na parte técnica, pelos Ministros da Fazenda, Dilson Funaro, e do Trabalho, Almir Pazzianotto.

O Líder do PMDB defende o pacto social, mas acha que é "um entendimento extremamente complexo e muito difícil de ser obtido a nível nacional". Para ele, a primeira dificuldade é definir quem deve sentar à mesa, tendo em vista o grande número de interlocutores. Por isso, considera muito difícil fazer-se desde o início um grande pacto.

— É melhor que se comece pelo entendimento setorial.

Pimenta acha que o projeto de reforma agrária apresentado pelo Presidente "está sendo criticado de forma totalmente injusta, pois manteve-se fiel ao Estatuto da Terra, ao qual está vinculado".

— A reforma agrária do Presidente José Sarney trará a necessária tranquilidade do campo, beneficiando dez milhões de pessoas, e será a marca maior do Governo Sarney — disse.

● O Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil estará reunido a partir de hoje, em Brasília, no 2º Congresso Nacional de Advogados Pró-Constituinte, para discutir a elaboração de documento com sugestões da sociedade a ser entregue à Constituinte. O Congresso termina no sábado.

● O Governador de São Paulo, Franco Montoro, fez ontem um apelo para que as lideranças da Aliança Democrática encontrem o consenso e aprovem a emenda do Governo que convoca a Constituinte. Montoro está confiante porque os políticos "não vão sacrificar o principal em troca do acessório".

● Em Porto Alegre, o Governador do Rio de Janeiro, Leonel Brizola, disse que a Constituinte será um "soviet" capitalista, sujeito a todo tipo de pressões e "lobbies", reiterando suas críticas à convocação da Constituinte sem partidos fortes, que, segundo ele, só se fortalecem nacionalmente com uma eleição presidencial.



O Ministro da Justiça, Fernando Lyra, recebe dos representantes das tribos a proposta de inclusão de dez índios na Constituinte

Relator vai entregar hoje seu substitutivo

BRASÍLIA — O Relator da emenda que convoca a Constituinte, Deputado Flávio Bierrenbach (PMDB-SP), entrega hoje às lideranças partidárias seu substitutivo à proposta do Presidente José Sarney a ser submetido amanhã à Comissão Mista que examina a emenda. Ele passou o dia ontem dedicado à redação do substitutivo.

Bierrenbach adiantou apenas que não levará em conta a proposta de prazos diferenciados para desincompatibilização dos ocupantes de cargos executivos e que incluirá as sugestões recolhidas em suas consultas a entidades representativas da sociedade, como a CNBB e a

OAB. Por falta de apoio no Congresso, deverá excluir a proposta de Constituinte autônoma, embora a defenda.

A proposta de eleição de delegados constituintes (apenas para participar da elaboração da nova Carta) também estará excluída, embora o Relator a tenha defendido com veemência durante as negociações.

A anistia continua sendo o ponto mais polêmico e de desfecho imprevisível. A fórmula que encontra receptividade das Forças Armadas, elaborada pelo Presidente da Câmara, Ulysses Guimarães — promoção dos militares cassados na reserva, com pagamento do salário corres-

pondente ao posto — ainda não foi negociada satisfatoriamente.

Na última reunião com as lideranças partidárias, o Relator assegurou que não se afastaria de suas convicções e das posições da sociedade em relação aos pontos polêmicos. Por isso, o Líder do PDS no Senado, Murilo Badaró, manifestou ontem temor pelo destino do substitutivo, que tem preferência para votação. Embora não manifestem, o Líder do PMDB na Câmara, Pimenta da Veiga, e Ulysses Guimarães têm a mesma opinião. Pimenta e Ulysses, até aqui, tiveram mais trabalho na negociação com Bierrenbach do que com as lideranças oposicionistas, como o PDS e o PTB.

Forças Armadas aceitam promoção na Reserva

BRASÍLIA — Durante a viagem do Presidente José Sarney a Tabatinga, na Amazônia, no fim-de-semana, o Ministro do Exército, Leônidas Pires Gonçalves, em demorada conversa com os líderes na Câmara do PMDB, Pimenta da Veiga, e do PFL, José Lourenço, fez um apelo para que a Aliança Democrática chegue a um entendimento sobre a ampliação da anistia aos militares.

Segundo Lourenço, o Ministro não

estabeleceu a parte negociável da subemenda Jorge Uequed (PMDB-RS), mas, durante a conversa, chegou-se à conclusão de que seria aceitável que o militar anistiado passasse a receber na reserva o soldo correspondente ao posto em que estaria se não tivesse sido punido.

Ainda segundo Lourenço, o Ministro afirmou que as Forças Armadas consideram o Congresso soberano para decidir, mas concordou com a tese do próprio Lourenço sobre a di-

ficuldade de aprovação da reintegração dos punidos, embora não tenha analisado os desdobramentos que causaria.

O Governo, também segundo o Líder do PFL, não tem condições financeiras de arcar com a despesa de pagamento de indenização pelo período em que o militar punido ficou afastado. Mas, para Lourenço, isto não é problema, pois "os militares punidos não estão atrás de dinheiro, mas de reparação moral".

Seminário discute preservação da ecologia

CURITIBA — Com objetivo de ordenar todas as proposições dos movimentos ecológicos sobre meio ambiente, que devem estar presentes na nova Constituição brasileira, foi aberto ontem à noite nesta capital o seminário "Constituinte, vida e meio ambiente", promovido pelo Governo do Paraná através da Superintendência de Recursos Hídricos e Meio Ambiente (Surhemam), órgão estadual encarregado do controle da poluição.

— A Constituição brasileira atual está totalmente defasada em rela-

ção às questões ambientais, pois nela não existe um único artigo tratando desse tópico. O encontro pretende juntar todas as propostas que estão dispersas nos movimentos ecológicos e encaminhá-las para a Comissão da Constituinte — disse o Superintendente da Cícero Bley Júnior.

Segundo ele, os ecologistas brasileiros estão preocupados com a possibilidade de uma nova Constituição ser baseada no modelo espanhol, onde as questões de meio ambiente são tratadas de forma extremamente

centralizadora pelo Estado, sem que a população tenha qualquer instância de participação ou consulta.

— A Constituição — disse Bley Júnior — não deve descer a detalhes de normas e padrões de controle da poluição. Mas é fundamental que a população tenha dispositivos constitucionais assegurando sua participação nas decisões que impliquem alterações profundas no meio ambiente, como a construção de uma hidrelétrica, onde os moradores da área afetada precisam ser consultados.

Índios querem representação na Assembléia

BRASÍLIA — O Ministro da Justiça, Fernando Lyra, prometeu ontem a um grupo de 50 índios, representantes de 15 nações, levar ao Congresso e à Comissão Provisória de Estudos Constitucionais proposta para abertura de dez vagas na Constituinte para índios, que seriam eleitos por próprias comunidades. Lyra disse que a proposta não é de fácil execução, pois é preciso encontrar uma fórmula para incluir estes representantes na Constituinte, mas acrescentou que "a idéia pode ser levada à frente".

Para isto, o Ministro deverá entrar em contato com o Deputado Alencar Furtado, Presidente da Comissão Constitucional do Congresso, com o jurista Afonso Arinos, Presidente da Comissão do Executivo, e com integrantes da Comissão Mista que estuda a convocação da Constituinte, embora seus trabalhos já estejam em fase final.

Liderados pelo Presidente da União das Nações Indígenas (UNI), Álvaro Tukano, e pelo Assessor do Ministério da Cultura para Assuntos Indígenas, Marcos Terena, os índios entregaram ao Ministro documentos formalizando a reivindicação de participação na Constituinte. Eles propõem a indicação de dois índios por cada região do País, a serem eleitos pelas comunidades indígenas.

— Se formos excluídos, outras pessoas vão fazer uma Constituição que não corresponderá aos interesses e à realidade das comunidades indígenas — afirmou Tukano.

Ele explicou que os representantes indígenas na Constituinte não devem ser escolhidos em eleições normais, porque as comunidades possuem formas de representação diferentes da sociedade nacional e eles não teriam interesse em ser Deputados ou Senadores, mas apenas participar da elaboração da constituição.